



## Homem pega perpétua por emprestar carro a assassino

No dia 10 de março de 2003, o norte-americano Ryan Holle, então com 20 anos, emprestou seu carro Chevrolet Metro a um amigo. O favor lhe custou uma condenação à prisão perpétua. Segundo a acusação, a sua decisão de ceder o carro pode ser considerada como sinônimo de assassinato. A história é contada pelo jornal *The New York Times*.

O amigo de Holle usou o carro para conduzir outros três homens a cidade de Pensacola, no estado da Flórida. O objetivo deles era assaltar o cofre de um traficante de maconha. Durante o assalto, a situação ficou violenta e um dos homens matou a filha de 18 anos do traficante, dando uma coronhada na cabeça da moça com uma espingarda.

Holle estava a dois quilômetros e meio do crime, mas foi condenado por homicídio com base na doutrina norte-americana de que os cúmplices são igualmente responsabilizados em assassinatos cometidos durante delitos graves como furtos, estupros e roubos.

Durante as investigações, Holle deu uma série de declarações em que admite que sabia do assalto ao emprestar o carro. Ele foi condenado na primeira instância e está cumprindo a perpétua na prisão Wakulla Correctional Institution, também no estado da Flórida.

Segundo o procurador David Rimmer, a teoria aceita pelo júri no julgamento que aconteceu em 2004 é de que, “sem carro, não há o crime”.

Essa doutrina norte-americana, que é um dos aspectos da lei de homicídio doloso, tem origem no Direito inglês. No entanto, no Reino Unido, ela foi abolida pelo Parlamento em 1957.

Na tradição do *Common Law* (Lei do Costume, que é usada em países anglo-saxões), o homicídio doloso pode caber em assassinatos acidentais ocorridos durante crimes cometidos com intenção. Foi neste âmbito que Holle foi condenado como cúmplice.

Índia e outros países, que seguem a tradição inglesa, aboliram tal doutrina do cúmplice. Em 1990, por exemplo, a Suprema Corte do Canadá acabou com a responsabilidade culposa de cúmplices em assassinatos. O argumento é de que a doutrina viola o princípio de que a punição deve ser proporcional ao *animus nocendi* do infrator.

No Direito Romano, a tradição é a mesma. “A visão da Europa é de que as pessoas são responsáveis pela prática de seus próprios atos e não pelos atos dos outros”, diz James Q. Whitman, professor de Direito Comparado da Universidade de Yale.

Nos Estados Unidos, os procuradores e grupos de vítimas de crimes dizem que punir cúmplices como se fossem os próprios assassinos é perfeitamente adequado.

Segundo o FBI (Federal Bureau of Investigation, a polícia federal dos EUA), cerca de 16% dos homicídios em 2006 ocorreu durante delitos graves. Não há estatísticas sobre quantas dessas mortes



tiveram procedimentos legais contra os cúmplices.

No entanto, segundo especialistas ouvidos pelo *NYT*, em 30 estados norte-americanos é comum os cúmplices serem punidos. Cerca de 80 pessoas foi condenada à morte por ser cúmplice de crimes dolosos, embora sem matar ninguém.

Terry Snyder, cuja filha Jessica foi a vítima neste caso, diz que a conduta de Holle é tão repreensível como o do homem que a matou.

O Ministério Público pediu no caso a pena de morte de Charles Miller Jr., o homem que realmente matou Jessica Snyder. Mas, ele foi condenado à perpétua sem recurso. A mesma pena teve Donnie Williams, Jermond Thomas e William Allen Jr., que invadiram a casa juntos com o assassino.

Holle não tinha registro criminal e costumeiramente emprestava seu carro para Allen. Os dois dividiam a mesma casa.

“Eu honestamente pensei que eles estavam indo fazer compras”, afirma Holle. “Quando disseram o que iria se passar, eu pensei que era uma brincadeira. Eu fui apenas muito ingênuo.”

Entre os cinco acusados, foi oferecido a Holle a possibilidade de reduzir a pena para 10 anos de prisão se confessasse o crime. Ele negou.

**Date Created**

04/12/2007